



## FATORES PREDISPONETES E DESAFIOS À ADESÃO À VACINAÇÃO ANTI-COVID-19 NO BRASIL

HENRIQUE DIAS FURTADO DE SOUZA; ARTUR NATALINO ARAUJO; JOSÉ EMMANUEL NOGUEIRA PRATES PORTO; RAFAEL FERREIRA CALIL

### RESUMO

**INTRODUÇÃO:** O vírus SARS-CoV-2, por sua significativa disseminação e morbimortalidade, suscitou vigorosa resposta de autoridades políticas e técnicas ao redor do mundo, resultando no empenho da comunidade científica na rápida elaboração de vacinas. No entanto, apesar do sucesso, esses imunizantes foram e permanecem alvos de intensa desconfiança, dificultando que o Programa Nacional de Imunizações (PNI) amplie a cobertura vacinal contra a Covid-19 no Brasil. Nesse sentido, o estudo visa avaliar os fatores influenciadores na adesão à vacinação contra a COVID-19 no país. **METODOLOGIA:** levantamento bibliográfico com base nos bancos de dados PubMed, Scielo, Lilacs, incluindo artigos publicados entre 2020 e 2024. Os descritores utilizados foram: "cobertura vacinal" OR "vacinação" OR "vacinação em massa" OR "imunização" AND "COVID-19". Foram selecionados 18 artigos, tendo como critérios de escolha a adequação e relevância para o tema. **RESULTADOS:** a cultura de vacinação amplamente instaurada e aceita, resultado do PNI, favoreceu intensamente a adesão à nova campanha de vacinação, assim como a pré-estabelecida logística do Sistema Único de Saúde, que possibilitou diligência na distribuição das vacinas. Outro fator predisponente foi maior compreensão sobre a doença e confiança na produção e eficácia da vacina, obtidas via acesso a fontes confiáveis de informação. Por outro lado, os principais desafios à adesão são veiculação de informações divergentes pelas autoridades no contexto pandêmico e desconfiança coletiva acerca do processo acelerado de elaboração das vacinas. Esses suscitaram receio de que haveria carência de testes científicos robustos, o que favoreceria a existência de potenciais efeitos colaterais nocivos desconhecidos. Outros desafios significativos são a ausência de recomendação plena pelos profissionais de saúde e a disseminação de informações de qualidade precária ou enganosa em larga escala. **CONCLUSÃO:** o quadro final de adesão resulta da soma de diferentes influências, positivas e negativas, ponderadas em um contexto sociopolítico e cultural específicos do momento histórico acrescidas das particularidades da sociedade brasileira, além disso, reconhece-se a necessidade de mais estudos a fim de melhor detalhar os fatores e elucidar outros não descritos atualmente.

**Palavras-chave:** Infecção por Coronavírus; hesitação vacinal; Programa Nacional de Imunização.

### 1 INTRODUÇÃO

O vírus SARS-CoV-2 é um vírus de RNA da família dos coronavírus, cujos primeiros casos em humanos foram relatados em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, China. Entre

suas principais características estão a transmissão por gotículas respiratórias e aerossóis a partir de pessoas contaminadas sintomáticas ou assintomáticas.

A manifestação da COVID-19, doença resultado da infecção, é ampla e varia conforme cepa viral e características biológicas inerentes ao indivíduo, muito devido ao fato da interação viral ocorrer com o receptor de superfície “enzima conversora de angiotensina 2” (ACE 2), presente em diferentes células pertencentes a vários sistemas corporais, favorecendo uma resposta inflamatória acentuada e inespecífica. Entre os principais sintomas estão fadiga, alteração olfativa e de paladar, insuficiência respiratória, febre, sintomas gripais, e a médio prazo, alterações na memória e concentração, além de poder evoluir para o óbito (FUJITA et al., 2022; SILVA et al., 2023).

Diante da rápida disseminação e significativa morbimortalidade do vírus, com novos casos surgindo em diferentes continentes, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou estado de pandemia em 11 de março de 2020, suscitando atenção e atuação de esferas governamentais e acadêmicas de todo o mundo. Frente a isso, a comunidade científica se uniu e, impulsionada pelas características epidemiológicas favoráveis e ampla disponibilidade de recursos financeiros e técnicos, respondeu por meio da viabilização de vacinas eficazes e seguras, as quais possibilitaram a extinção do caráter pandêmico da Covid-19 e permitiram um quadro epidemiológico que favoreceu o retorno às atividades de vida cotidiana.

No entanto, apesar do sucesso dos imunizantes, eles foram intensamente questionados e persistem sendo alvo de ataques por teorias negacionistas e desconfiança. Essas divergências postergaram a mitigação de casos e mortes durante a urgência em saúde, e atualmente agem como barreiras que dificultam o Programa Nacional de Imunizações (PNI) de ampliar a cobertura vacinal contra Covid-19 no Brasil. (SILVA et al., 2023; MACIEL et al., 2022).

O PNI, criado há mais de 50 anos, é reconhecido como um dos mais completos e organizados do mundo, e tem como principais feitos a manutenção, por anos, de elevadas coberturas vacinais por meio do seu caráter universal e gratuito. Além disso, foi responsável pela erradicação da varíola no país e por eliminar a transmissão de poliomielite e do sarampo autóctones.

Entretanto, nos últimos anos, o Programa vem enfrentando vários problemas, tendo como reflexo a redução nas taxas de cobertura vacinal. No Brasil, essa queda do percentual de imunizados teve início em 2012, acentuando-se a partir de 2016, e sendo agravada pela pandemia de COVID-19 devido a intensificação de agendas políticas anti-vacinação, ascensão de movimentos alternativos baseados em pseudociência e ampla divulgação de fake news nos meios de comunicação. Essa hesitação vacinal foi reconhecida pela OMS como uma das dez maiores ameaças globais à saúde (MACIEL et al., 2022; HOMMA et al., 2023; BASTOS, 2022).

Nesse cenário, apesar da existência de estudos consistentes que comprovem a eficácia e segurança da vacina, além de haver um programa de promoção da vacinação bem estruturado que distribui as vacinas contra a Covid-19 de forma universal e gratuita, diversas pessoas opõem-se a vacinar. Os fatores que determinam essa recusa vacinal são de alta complexidade e podem ser atribuídos a convergência de distintos fatores, sendo eles socioculturais, políticos e/ou pessoais. Nesse viés, faz-se necessário identificar e estudar tais fatores que impedem a ampliação da cobertura vacinal a fim de que sejam elaboradas políticas públicas com o objetivo de reverter esse quadro. (GONÇALVES et al., 2022).

Nessa perspectiva, considerando o alto potencial de contaminação do vírus Sars-CoV-2 e o alto índice de mortes, resultante de sua disseminação durante a pandemia, assim como o bem estabelecido papel dos imunizantes biológicos na prevenção de contágio e minimização dos danos associados a doenças imunopreveníveis, o presente estudo visa analisar os fatores que influenciam positivamente e negativamente na adesão da comunidade à vacinação contra a COVID-19 no Brasil, a fim de favorecer a elaboração de estratégias para minimizar a

hesitação vacinal.

## 2 METODOLOGIA

Levantamento bibliográfico com base nos bancos de dados PubMed, Scielo, Lilacs e BVS, incluindo artigos publicados entre 2020 e 2024. Os descritores utilizados foram: "cobertura vacinal" OR "vacinação" OR "vacinação em massa" OR "imunização" AND "COVID-19", presentes no título ou resumo. Foram identificados 615 artigos, que passaram por avaliação do título em busca de identificar adequação ao tema. Em seguida foi realizada leitura de 75 resumos, tendo sido selecionados 46 para leitura integral. Após essa seleção e exclusão dos artigos duplicados, foram selecionados 18 artigos, tendo como critérios de escolha a adequação e relevância para o tema. Todos os artigos selecionados foram integralmente lidos e aprovados por todos os autores.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A campanha de vacinação em massa no Brasil em meio à pandemia se deu a partir da inclusão da vacina contra COVID-19 no já consolidado Programa Nacional de Imunização (PNI). O PNI é um programa de referência mundial pela sua capacidade de imunização da população brasileira e mitigação de doenças imunopreveníveis, comprovada pela erradicação da poliomielite em 1899 em todo território nacional e pela eliminação da varíola e da febre amarela urbana (MACIEL et al., 2022; SALVADOR et al., 2023). Além disso, o programa brasileiro é um importante instrumento de controle de doenças e exerce grande influência na definição de políticas públicas voltadas à saúde no Brasil. Desse modo, como apresentado por Gonçalves et al. (2022), a população brasileira apresentava previamente ao contexto pandêmico uma cultura de vacinação amplamente instaurada e bem aceita, o que favoreceu intensamente a adesão à nova campanha de imunização.

O processo de vacinação em massa de forma diligente foi possibilitado pela pré-estabelecida logística do Sistema Único de Saúde (SUS) que, por meio dos seus princípios doutrinários — universalidade, integralidade e equidade, visa garantir o acesso de toda a população aos serviços de saúde dos mais diversos graus de complexidade. Dessa forma, o SUS foi o principal responsável por organizar e coordenar a distribuição e a aplicação das vacinas no território brasileiro, assim que elas se tornaram disponíveis, a fim de possibilitar que todos tivessem a oportunidade de receber a imunização.

O desafio logístico de transportar os agentes biológicos para cada cidade e povoado em um país de dimensões continentais e tantas desigualdades sociais como o Brasil é imenso, ainda mais diante de cadeias de suprimentos e insumos comprometidas e com a necessidade de distanciamento social para a contenção do vírus

A presença das estruturas institucionais e redes de atendimento ao público do sistema de saúde já consolidadas foram essenciais para completar o transporte e administração dos imunizantes, com destaque para a proximidade dos centros e profissionais de saúde do cerne da população como fator primordial (BASTOS, 2022; CASTRO-NUNES, 2022). Esses fatores se destacaram no contexto brasileiro como predisponentes à vacinação contra Covid-19.

Além desses agentes externos, vale considerar, como influenciador positivo, o acesso a fontes seguras de informação sobre a vacina, como, por exemplo, as diretrizes da OMS e os sites e perfis nas redes sociais da FIOCRUZ e Butantan, responsáveis pela produção de vacinas de COVID-19 no Brasil. Nessa perspectiva, a literatura estabelece que indivíduos com acesso a conhecimento científico atualizado e seguro — necessário para que a população se informe e obtenha maior compreensão sobre a doença, com real percepção da gravidade da patologia e confiança na produção e eficácia da vacina — tendem a apresentar maior intenção de se vacinarem (CARDOSO et al., 2023; SILVA et al., 2023; VIANA et al., 2023).

Como razões individuais, vale destacar a vacinação de familiares e amigos próximos. Esse ponto é explicado pela Teoria Comportamental behaviorista, a qual afirma que os seres humanos tendem a realizar suas atitudes conforme o meio em que se encontram. Dessa forma, é possível compreender a adesão de pessoas dentro do círculo social do indivíduo como fator preditivo de aceitação ao programa de vacinação contra COVID-19 (CARDOSO et al., 2023).

Outra razão individual para a adesão à vacinação refere-se à infecção prévia como fator contribuinte para o movimento de adesão, uma vez que a manifestação da doença favorece a percepção da vulnerabilidade e prejuízo associado à patologia, estimulando, dessa forma, a busca por minimizar esse dano por meio da imunização (CARDOSO et al., 2023).

Por outro lado, entre os desafios à adesão, a literatura destacou que no caso brasileiro houve significativa influência de embates entre diferentes agendas políticas no tocante a instauração do programa de vacinação em massa contra COVID-19 no contexto pandêmico vivenciado (MACIEL et al., 2022). No centro desse conflito, foram notórios os questionamentos acerca da eficiência, segurança e obrigatoriedade da vacina, resultando na veiculação por diferentes autoridades políticas, de saúde e instituições oficiais, como a OMS, de informações divergentes entre si.

Em diversos momentos, a consideração técnica baseada em dados científicos e epidemiológicos foi colocada em segundo plano em prol de um viés político e interesses eleitoreiros. Mesmo do órgão máximo nacional de deliberação acerca da saúde pública, o Ministério da Saúde, houve dissidências internas, entre técnicos e diretores, acerca da vacinação, que foram exteriorizadas via mídia, gerando um embate público sobre os moldes do processo, assim como da segurança e benefícios da aplicação.

Diante de informações contraditórias e expressões técnicas descontextualizadas, o entendimento da população acerca da vacina foi prejudicado. Essa situação refletiu na redução da confiança popular no programa de imunização governamental e nas próprias vacinas, e por conseguinte, resultou na mitigação do interesse em aderir à imunização (GONÇALVES et al., 2022; MACEDO, 2021; MACIEL et al., 2022; LEAL et al., 2023; SATO et al., 2020).

Soma-se a isso a ascensão na sociedade de um ideário coletivo de desconfiança acerca do processo acelerado de elaboração e distribuição das vacinas contra COVID-19. A origem desse pensamento remete à percepção de que vacinas como Catapora, Pólio e Hepatite B demoraram décadas desde a identificação do agente causador até o estabelecimento do imunizante, enquanto o imunizante contra o vírus Sars-CoV-2 demorou apenas em torno de 1 ano.

Essa celeridade suscitou o questionamento de que a produção e lançamento dessa vacina seriam precipitados em prol de interesses lucrativos, com carência de testes científicos robustos que considerassem os efeitos fisiológicos a curto e longo prazo nos diferentes estratos demográficos, o que favoreceria, por essa lógica, a existência de potenciais efeitos colaterais indesejados desconhecidos (CARDOSO et al., 2023).

Esse desafio é potencializado diante do já considerável ceticismo da população em geral acerca das empresas do ramo farmacêutico, que são historicamente acusadas de visarem exacerbadamente e unicamente o lucro diante de problemas de saúde da população, desconsiderando riscos, efeitos colaterais e minimização dos possíveis benefícios que seriam acarretados à população (FERRO et al., 2023; SALVADOR et al., 2023; BESER et al., 2023). Entre os artigos selecionados, foi destaque, também, o tópico escassez de recomendação plena pelos profissionais de saúde, como médicos e enfermeiros, os quais pelo seu contato direto com a população na linha de frente contra a disseminação da doença, seriam aliados importantes no processo de convencimento e esclarecimento acerca da importância e necessidade de se vacinar.

Os pontos levantados para explicar a adesão reduzida desse público à imunização são a presença de informações conflitantes, falta de campanhas de transmissão efetiva de

conteúdo científico de alta qualidade demonstrando a segurança e eficácia da vacina e diálogo precário entre esses profissionais, associações médicas e instituições de saúde referências no direcionamento acerca da vacinação, dificultando que fossem apresentados e esclarecidos os questionamentos e receios acerca desse novo produto disponível (CARDOSO et al., 2023; MACIEL et al., 2022).

Ademais, a desconfiança no processo foi intensificada pela disseminação de informações de qualidade precária ou enganosa em larga escala, com destaque para relatos e rumores negativos propagados por meio das redes sociais, blogs e mídia.

O conteúdo dessas informações, definidas como “Fake News”, consiste, em grande parte, em efeitos colaterais graves da vacina a curto e/ou longo prazo, maximizados e com a ocorrência inflada. Entre os exemplos, estão a veiculação de relatos de que a vacina desencadearia comumente infertilidade e trombose. Vale destaque também a divulgação de informações falsas sobre uma suposta ineficácia da vacina. Em decorrência da disseminação dessas inverdades, gerou-se um sentimento em considerável segmento da população de que os prejuízos potenciais da vacina superariam os possíveis benefícios (FUJITA et al., 2022; GONÇALVES et al., 2022; SILVA et al., 2023; BESER et al., 2023).

Os artigos enfatizaram, também, como desafios para ampliar a adesão, a crença por parte da população de que, por frequentarem áreas e atividades com menor risco de contágio, apresentariam baixa probabilidade de contrair a doença ou ainda que, caso a contraia, sua manifestação seria assintomática ou não grave, pressupondo que o próprio sistema imunológico seria capaz de combater o vírus. Hipotetiza-se que as causas para essa linha de pensamento seriam a percepção de estar em boas condições de saúde, sobretudo após recebimento da 1ª dose da vacina, fator que dificulta a finalização do esquema vacinal (CARDOSO et al., 2023; MACIEL et al., 2022; LEAL et al., 2023).

Destacam-se, também, os movimentos de descrença na ciência, marcados por um negacionismo contra vacinas em geral, apoiados em conspirações como as que alegam que a vacina seria uma medida de controle populacional realizado pelo governo em parceria com as grandes empresas. Esses movimentos propagam também tratamentos alternativos baseados em pseudociência ou fundamentalismo religioso. Esse viés é exemplificado pela amplamente divulgada aplicação de medicamentos sem comprovação científica e de fé como garantia de proteção (FUJITA et al., 2022; AMALO et al., 2023; SILVA et al., 2023; SCHERER et al., 2022).

Por fim, outros fatores foram citados como contribuintes para a menor cobertura vacinal, como desejo por manifestar autonomia de decisão, recusa de membros do círculo social, desejar que outros tomem primeiro, e tempo insuficiente para se decidir e realizar a vacinação (FERRO et al., 2023; OLIVEIRA et al., 2021; SALVADOR et al., 2023; ARAÚJO et al., 2024).

Entre os principais limitantes do presente estudo está a dificuldade de se aprofundar no grau de impacto que cada fator desempenha nos estratos demográficos, o que prejudica a compreensão da dinâmica de instauração e manutenção da hesitação vacinal no contexto da sociedade brasileira. Soma-se a isso, a necessidade de considerar a heterogeneidade cultural e socioeconômica presente no território nacional, de modo que os achados em um estudo delineado em certa localidade ou grupo demográfico podem não refletir adequadamente as características de outros, ou até mesmo da maioria.

Além disso, os artigos teorizam a existência de outros fatores acessórios aos supracitados, que potencializam ou anulam determinadas influências conforme o grupo populacional, no entanto, esses outros pontos ainda não foram minuciosamente analisados.

#### 4 CONCLUSÃO

Com base na análise dos estudos, pôde-se concluir que a amplitude da cobertura

vacinal contra a COVID-19 no Brasil esteve condicionada à influência positiva e também negativa de fatores individuais e externos, sejam estes políticos, sociais, econômicos ou logísticos.

O Programa Nacional de Imunização — que difunde há décadas no Brasil a garantia do acesso universal a imunizantes — por exemplo, favoreceu a adesão da população ao esquema vacinal enquanto a disseminação de informações falsas acerca da eficácia da vacina e até mesmo divergências políticas e científicas, por outro lado, diminuíram a aceitação do público ao plano de imunização.

Nesse sentido, constata-se que cada fator exerce seu impacto sobre a hesitação e aceitação vacinal, com graus diferentes de significância conforme indivíduo e grupo demográfico analisado. Assim, é notório que o quadro final de adesão à vacinação resulta da soma das diferentes influências, considerando o ideário coletivo e valores individuais ponderados em um contexto sociopolítico e cultural específicos do momento histórico permeado pelas particularidades da estrutura da sociedade brasileira.

Por fim, após a análise minuciosa dos resultados relatados nos trabalhos revisados, é importante reconhecer que ainda há a necessidade de mais estudos, sob outras perspectivas acerca dos fatos ocorridos no cenário brasileiro durante a pandemia causada pelo vírus Sars-CoV-2, a fim de elucidar outros potenciais fatores que não estão descritos atualmente na literatura científica, mas que impactam na amplitude da cobertura vacinal, e de apresentar a dinâmica e impacto deles no quadro coletivo de hesitação vacinal. A partir disso, será possível aplicar um diagnóstico mais abrangente; o qual infira com melhor verossimilhança o que de fato impactou e em certo grau, ainda impacta, na adesão às vacinas pela população brasileira; que favorecerá o estabelecimento de planejamento efetivo para ampliar a cobertura vacinal.

## REFERÊNCIAS

- AMALO, C. G. et al.. Factors affecting the community's attitude toward COVID-19 vaccination: cross-sectional study. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 76, 2023.
- ARAÚJO, D. A. B. S. et al.. Coverage and determinants of childhood vaccination during the COVID-19 pandemic in Fortaleza, Northeastern Brazil: a longitudinal analysis. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 40, n. 1, 2024.
- BASTOS, D. S. A.; GADELHA, C. A. G.. A contribuição da logística para o fortalecimento da produção nacional e para o acesso universal no âmbito do SUS. **Saúde em Debate**, v. 46, n. spe8, p. 171–186, dez. 2022.
- BESER, D. M. et al.. Factors Related to Low COVID-19 Vaccination Rate in Pregnant and Postpartum Women with and without COVID-19. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 45, n. 11, p. 638–645, 2023.
- CARDOSO, J. B. et al.. Decisão de profissionais de saúde sobre sua vacinação anti-Covid-19: revisão integrativa. **Saúde em Debate**, v. 47, n. 138, p. 677–692, jul. 2023.
- CASTRO-NUNES, P. DE; RIBEIRO, G. DA R. Equidade e vulnerabilidade em saúde no acesso às vacinas contra a COVID-19. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 46, p. 1, 24 Maio 2022.
- FERRO, G. B. et al.. Autonomia do paciente ante a vacinação contra covid-19. **Revista Bioética**, v. 31, 2023.

FUJITA, D. M. et al.. Fake news and covid-19: a concern due to the low vaccine coverage in Brazil. **Saúde e Sociedade**, v. 31, n. 1, 2022.

GONÇALVES, B. A. et al.. Hesitação vacinal contra a COVID-19 na América Latina e África: uma revisão de escopo. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 8,, 2023.

HOMMA, Akira et al.. Pela reconquista das altas coberturas vacinais. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 39, n. 3,p. 1-8, fev. 2023. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311xpt240022>.

LEAL, L. B. et al. Fatores que influenciam na adesão de idosos a vacina contra covid-19: revisão de escopo. **Nursing** (Ed. bras., Impr.), p. 9926–9931, 2023.

MACEDO, L. R.; STRUCHINER, C. J.; MACIEL, E. L. N.. Contexto de elaboração do Plano de Imunização contra COVID-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 7, p. 2859–2862, jul. 2021.

MACIEL, E. et al.. A campanha de vacinação contra o SARS-CoV-2 no Brasil e a invisibilidade das evidências científicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 3, p. 951–956, mar. 2022.

OLIVEIRA, B. L. C. A. DE. et al.. Prevalence and factors associated with covid-19 vaccine hesitancy in Maranhão, Brazil. **Revista de Saúde Pública**, v. 55, p. 12, 2021.

SALVADOR et al. Inquérito online sobre os motivos para hesitação vacinal contra a COVID-19 em crianças e adolescentes do Brasil. **Cadernos De Saude Publica**, v. 39, n. 10, 1 jan. 2023.

SATO, A. P.S.. Pandemic and vaccine coverage: challenges of returning to schools. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, p. 115, 2020.

SCHERER, J. N. et al. Intenção de se vacinar contra a COVID-19 e hesitação vacinal no Sul do Brasil: prevalência e fatores associados. **Rev. Bras. Psicoter.** (Online), p. 61–73, 2022.

SILVA, G. M. et al.. Desafios da imunização contra COVID-19 na saúde pública: das fake news à hesitação vacinal. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 3, p. 739–748, mar. 2023.

VIANA, S. et al. Vaccine hesitancy in families of children during the COVID-19 pandemic. **Northeast Network Nursing Journal**, v. 24, 13 set. 2023